

**GÉNERO NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA  
(2º Forum Lusófono de Mulheres em Postos de Decisão)**

**Francisca Espírito Santo  
15 de Julho de 2002**

## Caracterização da situação

A educação é um direito humano e uma ferramenta essencial para o alcance dos objectivos de igualdade, desenvolvimento e paz. Por isso, desde o limiar da Independência Nacional, o Governo de Angola definiu-a como uma das suas principais prioridades, tendo em 1978 sido adoptada uma nova Política Educacional, baseada no princípio da igualdade de oportunidades, com destaque particular, no direito da criança à educação e na redução do analfabetismo, estimado em 85% naquela altura.

Como resultado dessa Nova Política, registou-se um aumento significativo dos efectivos escolares que chegaram a atingir em 1980, 1.8 milhões de alunos no sistema educativo, numa proporção de crescimento anual de 10%.

O Ensino Geral começou, entretanto, a partir da década de 80 a enfrentar vários constrangimentos e dificuldades, originados fundamentalmente pela instabilidade político-militar e pela recessão económica. Centenas de infra-estruturas escolares foram sendo destruídas e o corpo docente qualificado começou a abandonar o sector de educação, buscando melhores condições salariais e sociais. As consequências dessa situação são ainda hoje sentidas:

- Insuficiente rede escolar para as necessidades educativas
- fundamentais
- turmas com elevada concentração de crianças e três turnos lectivos
- nos centros urbanos
- escassez de material didáctico e pedagógico
- fraca qualidade dos docentes em todos os níveis e modalidades de ensino
- insuficiente número de docentes, particularmente no meio rural
  
- elevados índices de pobreza com todas as consequências sociais e, obviamente académicas
- aumento dos índices de analfabetismo, particularmente das mulheres
- débil fluidez do sistema, consubstanciado em elevadas taxas de deserção escolar, repetência e reprovação. Como exemplo, dos efectivos escolares matriculados no ensino geral (1º nível) no ano lectivo 1999/2000, verificou-se 17.8% de deserção, 24.3% de reprovações.

A guerra pós-eleitoral em 1992 veio agravar ainda mais a situação, com a destruição massiva de infra-estruturas, a movimentação de grandes massas de população em busca de segurança, o aumento da pobreza além de todas as consequências psicológicas e traumáticas que envolveram o conflito angolano.

Cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes estão excluídos do sistema de ensino, e as que se encontram enquadradas, nem sempre estudam em condições pedagógicamente correctas.

O maiores constrangimentos do ensino geral tornam-se assim o acesso e a qualidade. Dos alunos que iniciam o ensino primário, apenas cerca de 40% conclui a 4ª classe. A capacidade de absorção de alunos no sistema é manifestamente insuficiente. De classe para classe o número de alunos baixa abruptamente. A situação é mais grave quando se transita de um nível para outro: estatísticas escolares recentes mostram que( 1.159.746 alunos (81%) do ensino geral estão inscritos no 1º nível, 152.929 (13%) no 2º nível e 75.335 (6%) no 3º nível., o que é bem revelador da distorção do sistema em termos de capacidade de absorção de alunos.

As taxas de promoção raramente ultrapassam os 50%. As assimetrias regionais são evidentes: uma forte concentração de alunos nas províncias do litoral – Luanda, Benguela e Huíla enquadram cerca de 51% da população escolar.

Por sexo, verifica-se que em cada 100 alunos, 54 são rapazes e 46 raparigas. Estes indicadores mostram que as raparigas estão em desvantagem relativamente aos rapazes, com maior incidência nas províncias do interior e particularmente nas zonas rurais. Províncias como Kuando Kubango e Kwanza Norte representam exemplos preocupantes: as raparigas representam apenas 39.5% e 37.6%, respectivamente, das matriculas no ensino de base. Entretanto, nas províncias de Luanda e Cunene, as raparigas correspondem a 52% dos efectivos escolares.

É importante referir ainda que as disparidades entre as áreas rurais e urbanas são muito maiores que as disparidades entre sexos, reflectindo claramente o dramático impacto da guerra nas infra-estruturas e serviços sociais nas áreas rurais e a desigualdade na utilização de recursos a favor das cidades.

### **O que fazer perante este quadro?**

Foi neste cenário que o Governo aprovou em Setembro de 2001, uma **Estratégia integrada para a Melhoria do Sistema de Educação até 2015**, consciente de que o direito à educação impõe aos Estados a obrigação de garantir a todos os cidadãos a oportunidade de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e porque da educação e formação da população depende o desenvolvimento do País.

Ao Ministério da Educação e Cultura foi dada a responsabilidade de implementá-la, reforçando a sua actuação através do estabelecimento de parcerias e de um compromisso com as organizações da sociedade civil, particularmente as Igrejas, as Organizações Não Governamentais, as associações comunitárias, etc., e um maior envolvimento e participação dos pais e encarregados de educação.

Três etapas foram definidas: a 1ª de **Emergência**, que visa criar as condições que permitam reforçar e capacitar os Recursos Humanos específicos e aumentar a capacidade de oferta em termos de uma maior equidade, eficácia e qualidade do ensino. A 2ª, de **Consolidação** até 2006, a desenvolver num ambiente de paz, obedecendo a um programa nacional de grande envergadura financeira que abarque todos os níveis e modalidades de ensino e a 3ª, de **Desenvolvimento e Expansão do Novo Sistema de**

**Ensino**, numa perspectiva de educação para todos e formação da mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento do País.

No quadro das Recomendações do Forum Mundial de Educação, realizado em Abril de 2000 em Dakar, Senegal, sob os auspícios da UNESCO, a educação básica merece um atendimento prioritário, estando e ser elaborado o respectivo Plano Nacional de Acção (PAN-EPT), sob coordenação de uma Comissão Nacional nomeada por despacho do Ministro da Educação e Cultura.

Com efeito, o grande desafio é trabalhar para o cumprimento dos **seis objectivos de Dakar** que visam a universalização da educação básica até 2015 (sobretudo das meninas), a redução a 50% das taxas de analfabetismo ,(com atenção particular às mulheres), os cuidados à primeira infância, principalmente às crianças mais vulneráveis e desfavorecidas e a preparação dos jovens para a vida activa, através de uma educação e formação de qualidade.

Para implementação dessa estratégia, os aspectos transversais foram igualmente considerados, nomeadamente no que diz respeito ao enquadramento escolar das crianças portadoras de deficiências, programas de educação em Matéria de População e para a Vida Familiar, Programas de Prevenção contra o Perigo de Minas e outros engenhos explosivos, Programa de informação sobre o HIV-SIDA, Educação Moral e Cívica, Educação Patriótica, Equilíbrio de género etc..

Este é o tema fundamental que nos junta neste encontro. Por isso, iremos abordá-lo em detalhe.

Na realidade, ao analisarmos o estado actual da escolarização das raparigas no ensino regular, podemos caracterizá-lo da seguinte forma:

1. **ACESSO** – As possibilidades de acesso são iguais para rapazes e raparigas, pelo que, quer na classe de iniciação como na 1ª classe (ensino obrigatório), o sistema recebe as crianças, de acordo com as capacidades disponíveis. No entanto, mesmo a este nível já se verifica uma desvantagem para as raparigas, que não é expressiva (46% de raparigas) comparativamente a outros Países da África Sub-Saariana mas que vai aumentando à medida que transita para outros níveis de ensino .
2. **RETENÇÃO** – Efectivamente, a grande dificuldade manifesta-se na retenção das raparigas na escola que se começa a verificar no primeiro nível. Com efeito, dados estatísticos do ano lectivo 1999, indicavam no primeiro nível, uma frequência de 542.433 meninas correspondente a 46%), contra 71.354 no segundo nível (correspondente a 19.8% dos alunos matriculados) e apenas 37.437 meninas no terceiro nível. Quer dizer que, quanto mais elevado o nível de ensino, menor é a participação das meninas.

As maiores disparidades verificam-se, porém, nos adultos. Entre as . mulheres adultas, (mais de 19 anos) 43% nunca frequentaram a escola, comparado com os 17.5% de homens. Hoje constatamos o enquadramento voluntário de um elevado número e adolescentes (a partir dos 14 anos) e de um número cada vez mais crescente de raparigas nas aulas de alfabetização e ensino de adultos nas zonas periféricas das cidades. Dos cerca de um milhão e 800 mil adultos em processo de alfabetização, 55%

são mulheres e jovens raparigas. Este é o resultado do abandono precoce da escola por parte das meninas ou do facto destas nunca a terem frequentado. Estas cifras reflectem igualmente as disparidades existentes em termos de oportunidades de acesso entre as zonas urbanas e rurais e as consequências da grande movimentação de populações para as periferias das cidades, como resultado do conflito armado.

No ensino médio técnico, a distribuição percentual das meninas e raparigas por curso demonstra também algumas tendências:

Nos cursos de vocação económica, pedagógica, saúde e química, a participação é superior a 60%.

Nos cursos de vocação industrial, tecnológica, agrária, a participação feminina é inferior a 30%.

No que diz respeito à docência, dados estatísticos de 1999, indicavam que dos 44.700 professores do primeiro nível, apenas 16.374 eram mulheres, no segundo nível dos 8.092 professores, 2.544 eram mulheres, enquanto que no 3ª nível, dos 5.064 apenas 1.218 eram mulheres.

Quer dizer que, também nesta componente do sistema educativo (docência), as mulheres se apresentam em desvantagem.

Foi uma reflexão sobre esta situação que justificou a aprovação, em 1999, pelo Ministério da Educação e Cultura do **Programa Indicativo Nacional de Género no Contexto do Sistema Educativo 2001/2005.**, inserido na estratégia do aumento dos ingressos femininos no sistema educativo, sua retenção e progressão a todos os níveis, modalidades e subsistemas de ensino, na perspectiva da redução de disparidades entre homens e mulheres, rapazes e raparigas.

O Programa foi interiorizado e assumido como o **Guia de Implementação** das acções educativas na perspectiva do género, tendentes a reduzir os desequilíbrios. Desta forma, foram adoptadas políticas e prioridades para o quinquénio 2001-2005 de uma forma transversal, em todos os níveis e actividades de educação. São metas a alcançar:

Incorporar a perspectiva de género na planificação de políticas educacionais, incluindo o aumento de disponibilidade de informação e dados estatísticos relativos à questão do género, consubstanciados:

- na melhoria do processo de recolha, análise e tratamento de dados para reflectir a questão do género em todo o sistema
  - modificar a concepção dos planos de actividades anuais e pluri- anuais para reflectirem as questões do género de forma permanente
  - inclusão dessa perspectiva no processo metodológico de preparação dos orçamentos e planos de investimento
- a) Reforçar a capacidade do MEC para incorporar a perspectiva do género nas políticas e planos educativos estratégicos, através de
- criação de unidades de género no nível central, provincial, municipal e das escolas
  - criação de unidades de género nas direcções técnicas da estrutura central do MEC.

- capacitação de quadros nas províncias e escolas para abordagem teórica e prática do tema
- c) Aumentar a participação feminina na docência, promovendo a retenção e a progressão dentro da carreira de quadros docentes e de gestão
- d) Garantir o equilíbrio do género no subsistema de formação de professores, e aumentar o número de professores do sexo feminino, particularmente nas zonas rurais
- e) Incorporar a perspectiva género na revisão curricular em curso e nos materiais de ensino e aprendizagem
- f) Promover alternativas educacionais para jovens fora da escola (educação não formal), especialmente para raparigas, dinamizando actividades comunitárias integrais
- g) Implementar um programa sistemático de sensibilização sobre questões do género no seio do corpo docente, discente e encarregados de educação e enquadrar o seu funcionamento na Estratégia Nacional de Promoção e Desenvolvimento da Mulher coordenada pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher.

### **Desenvolvimento das Acções**

O programa iniciou em Abril de 1999 com a criação de uma Comissão Coordenadora de Género integrada por Directores Nacionais que enquadra uma Unidade Técnica (executiva), composta por técnicos. Foi apoiada pelo UNICEF e PNUD que financiaram a formação dos mesmos em acções realizadas dentro e fora do País.

Em 22 de Abril realizou-se o Primeiro Workshop sobre o Género no contexto do sistema educativo com a participação de 50 directores de escolas públicas e privadas, professores, inspectores, responsáveis municipais e técnicos da estrutura central do Ministério de Educação e Cultura, do que resultou a primeira equipa de 20 formadores.

Em Outubro de 2000, o Ministério da Educação e Cultura realizou um Seminário Nacional com participação de representantes de todas as Províncias e do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) ao que se seguiram acções de formação local nas Províncias. Destacamos outras realizações em Benguela, Bengo, Lunda-Sul, Cabinda e algumas Confissões Religiosas, parceiras no trabalho de alfabetização e Educação de Adultos, assim como e integração da componente “género” em todas as acções de superação de professores em exercício e também no Ensino Especial.

Destacamos igualmente a Reforma Curricular em curso, cujo material didáctico e pedagógico (manuais escolares) está a ser elaborado tendo em conta a perspectiva “género”.

A materialização do programa permitiu identificar situações curiosas, como:

- a) o desconhecimento do conceito “**género**” por uma grande parte do corpo docente, de direcção e discente e encarregados de educação
- b) Uma pesquisa levada a cabo em escolas do 1º, 2º e 3º níveis de Luanda (uma população de 10.000 alunos) constatou no corpo discente, a predominância das raparigas em termos de matrícula (54%) e nos trabalhadores sem qualificação, auxiliares de limpeza (100%). Em todas as outras categorias avaliadas, constatou a predominância do masculino: titulares de cargos de chefia e direcção (80%), composição do corpo docente (60%), pessoal administrativo (57%), delegados de turma (75%).
- c) No que se refere ao rendimento escolar, a pesquisa constatou um melhor desempenho escolar das raparigas (65%) contra 35% dos rapazes.
- d) Por outro lado, constatou igualmente uma maior dificuldade de aprendizagem da disciplina de matemática por parte das meninas, atribuindo-lhes mais de 50% de deficit nessa cadeira.
- e) Os alunos das escolas das zonas suburbanas antes de irem à escola, durante e após elas, realizam, por imperativos de ordem familiar, pequenos negócios, não tendo, muitos deles tempo para se dedicarem ao auto-estudo em casa.
- f) Na província do Bengo, o seminário sobre o género foi integralmente frequentado por professores do sexo masculino, já que as poucas professoras em efectivo serviço na província, mostraram-se indisponíveis.

Igualmente, a materialização do Programa chamou a atenção para o facto de apenas uma mulher ocupar o cargo de Directora Provincial de Educação, no conjunto dos 18 existentes.

O desenvolvimento do Programa está ainda a possibilitar diagnosticar as principais razões do abandono, desistência e reprovações por parte das meninas e raparigas, como sendo:

- escola distante de casa
- pobreza das famílias e conseqüente baixa ou nula renda familiar para suporte dos níveis subsequentes de escolaridade
- gravidez precoce
- práticas tradicionais e culturais que levam a casamentos precoces
- práticas tradicionais que não consideram importante a educação
- agregados familiares numerosos e carentes, onde a prioridade educativa é dada aos rapazes em detrimento das raparigas
- separação ou morte dos pais e/ou encarregados de educação
- mudanças de residência
- companhias e amigos pouco recomendáveis.
- trabalho doméstico ou pequenos negócios para ajudar a renda familiar
- ambiente escolar pouco motivador, por elevado número de alunos, falta de mobiliário escolar e instalações sanitárias
- concluídas classes terminais (4ª, 6ª, 8ª), inexistência de escola na respectiva localidade ou falta de vagas devido à reduzida capacidade das escolas existentes

As constatações e conclusões até agora encontradas têm servido de referência para a materialização das estratégias de trabalho, no quadro do relançamento do sector da Educação e Ensino através das disposições superiormente aprovadas (Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação, Reformulação do Sistema Educativo e implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Por outro lado, é necessário ter presente que esta acção responde a um objectivo maior que é redução da pobreza em Angola, em cuja estratégia o Governo está fortemente apostado e para a qual a elevação do nível educativo e a aposta no capital humano são condições imprescindíveis.

Assim sendo, a conjugação de esforços e a implementação da Estratégia Nacional de Promoção e Desenvolvimento da Mulher aprovada pelo Conselho de Ministros deve ser complementada com a intervenção dos vários órgãos do Governo e com a parceria e o compromisso das organizações da Sociedade Civil, criando um ambiente de debate e informação sistemática particularmente no seio das comunidades.

A família, célula base da sociedade e ambiente onde é feita, em primeira instância, a inserção social das crianças e encontrada a sua estabilidade emocional e afectiva deve igualmente jogar um papel decisivo para a mudança de mentalidades. Impõe-se, portanto, a alteração do estado actual do tecido social, em que o baixo nível de escolaridade da população (60% de analfabetismo), a desagregação familiar e os elevados índices de pobreza (67% da população) são indicadores pouco favoráveis a esses objectivos..

Não podemos pois, pensar na educação das crianças e adolescentes num ambiente de justiça social, esquecendo a elevação do nível educativo e de formação dos pais, essencialmente das mulheres, pelo papel importante e talvez mesmo, decisivo que jogam na formação da personalidade das crianças, no quadro da nossa realidade social e cultural.

Por isso temos conferido a maior importância às acções em curso de relançamento das campanhas de alfabetização e formação integrada das mulheres, com novo dinamismo e abrangência nos aspectos de educação para a saúde, higiene, educação moral e civismo, de direitos humanos, enfim,... de **cidadania**.

A falta de trabalhadores sociais, nomeadamente os **educadores sociais** e **assistentes sociais** que nas comunidades dinamizem lideranças e participam da organização comunitária, é uma lacuna que, agora mais do nunca se faz sentir e que exige a reposição as escolas de formação desses quadros, se entendermos a **educação** numa perspectiva mais abrangente que não se resuma ao simples acto de saber ler e escrever.

A pobreza é **causa e consequência** de muitos males de que a nossa sociedade enferma. Para a sua erradicação, todos somos poucos, para romper este ciclo vicioso e a aposta na educação é uma das vias a utilizar....

Finalmente, a **paz** cria um ambiente propício à inversão desta situação e dá-nos esperança e motivação suficientes para num esforço conjunto e participativo desenvolver acções que conduzam a uma educação e formação integrais que

promovam referências e valores morais e a consciência de relações sociais e humanas justas. Desta forma todos teremos espaço e oportunidade para responder aos desafios da reconstrução e desenvolvimento deste País maravilhoso que se chama Angola.

#### **Bibliografia consultada**

- 1.- **Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação, 2001/2015**, Conselho de Ministros, Republica de Angola, Agosto de 2001
- 2.- **Ensino geral e Médio em Angola (reflexão caracterização e plano estratégico de medidas)**, Ministério da Educação e Cultura, Maio, 2000
- 3.- **Marco de Acção de Dakar**, UNESCO, Abril, 2000
- 4.- **Plano de Acção Nacional de Educação para Todos 2001/2015 (Projecto)**, Ministério da Educação e Cultura, Comissão Nacional de Educação para Todos, Novembro 2001
- 5.- **Resultado do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 2- 2001)**, Folha de Informação Rápida, Instituto Nacional de Estatística, Abril, 2001
- 6.- **Análise da Situação da Criança – Um futuro de esperança para as crianças de Angola**, UNICEF, 2000
- 7.- **Relatório sobre a Situação e Tendências do Género em Escolas do Ensino Geral na Província de Luanda** – Coordenação do Projecto sobre Género no contexto do sistema de Educação e Programa da Educação da Menina,- MEC,PNUD-UNICEF, Junho , 2000
- 8.- **Para uma Igualdade entre Mulheres e Homens em Angola** – Kajsa Pehrsson-ASDI, Abril, 2000
- 9.- **Programa Indicativo sobre o Género e Educação da Menina no Contexto do Sistema Educativo** – Ministério da Educação e Cultura, Maio, 1999.